

## Segurança Pública

aus: Dossiê de Articulação Nacional dos Comitês populares da copa (Sumário): *Megaeventos e Violação de Direitos Humanos no Brasil*. Junho 2012. p.33-34.

O Brasil vive um momento de recrudescimento das políticas repressivas de segurança pública. As campanhas de mídia promovem o clima de insegurança e apelam a repressão policial violenta. Assiste-se a uma progressiva militarização das relações Estado-sociedade, denunciada por diversos setores da sociedade.

Aos defensores dos direitos humanos preocupa a constituição de forças especiais e estruturas de exceção, a margem dos órgãos de segurança dos estados.

Em 2011 foi criada a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos, no Ministério da Justiça, com orçamento próprio, encarregada de coordenar as ações de segurança nos eventos. Nesse contexto, o Secretário José Ricardo Botelho de Queiroz afirmou que o Exército estará de prontidão para intervir quando as forças policiais não conseguirem conter as situações de conflito.

Também estão sendo criadas novas estruturas para a repressão: Câmara Temática no Comitê Gestor da Copa 2014, Grupo de Trabalho Copa 2014 na Secretaria Nacional de Segurança Pública, com objetivo de assegurar as garantias apresentadas pelo Governo Federal a FIFA, e a Comissão Especial de Segurança Pública, no Ministério da Justiça.

O modelo de segurança pública que vem sendo implementado consiste na integração de todos os níveis de segurança pública do país, através de Centros Integrados de Comando e Controle, para assegurar as finalidades específicas dos megaeventos, e garantias dadas pelo Governo Federal à FIFA.

As ações são justificadas com o pretexto de aperfeiçoar o controle de distúrbios civis e de fortalecer o policiamento ostensivo no entorno dos equipamentos esportivos, instalações para os jogos e áreas turísticas e *“áreas críticas à segurança pública”*. O monitoramento destes espaços será intensificado e está previsto policiamento preventivo e ações repressivas.

Seguindo regra imposta pela FIFA, será implantado o emprego de forças privadas dentro dos estádios, o que já deu origem a legislação específica. Por que razão a segurança pública em equipamentos e espaços públicos estaria sendo entregue a empresas privadas?

Teme-se que este modelo venha a perdurar após os megaeventos. Teme-se que os megaeventos sejam o pretexto para a construção de um verdadeiro estado paralelo, em que políticas e agências especiais, fora de controle público, se imponham de maneira absoluta e incontestável sobre o espaço urbano.

## **Repressão e Criminalização da Sociedade Civil**

No Distrito Federal, dois membros do Comitê Popular da Copa foram detidos por realizar manifestação pacífica (expor uma faixa questionando os legados dos jogos) em audiência pública realizada no Senado Federal. Na Comemoração da “*Contagem dos Mil Dias para a Copa do Mundo*”, a população de cidade-satélite de baixa renda foi duramente reprimida por força policial contando com trinta viaturas policiais; na operação mais de três mil pessoas foram abordadas pela polícia.

No Rio de Janeiro, as já famosas Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) estão sendo implantadas com prioridade nas comunidades localizadas nas áreas turísticas: no entorno do Maracanã, da Zona Sul carioca e nos corredores de acesso aos aeroportos. Apesar de não estarem explicitamente vinculadas à Copa e às Olimpíadas, os megaeventos são acionados como parte da justificativa e fundamento de seu plano de ação.

A segurança pública é acionada de forma seletiva, através de ocupação de caráter militar sobre áreas de pobreza, garantindo regiões estratégicas para fluxos financeiros. Objeto de denúncias dos moradores das comunidades afetadas, são as práticas como invasão de residências para buscas sem mandado judicial, revistas vexatórias, toque de recolher e regras especiais arbitrárias violando direitos dos moradores de ir e vir, de manifestação pública, de reunião, entre outros. Mais do que uma estratégia discursiva, a relação é sentida pelos próprios moradores.

Cleonice Dias, líder comunitária da Cidade de Deus, localidade “pacificada” pela instalação de uma UPP, reclama: “Nós que somos da comunidade, sabemos que a UPP está ligada a uma satisfação pública para o Rio de Janeiro e o Brasil de que o Estado tem o controle das comunidades. Querem dizer que haverá segurança porque nos, pobres, estaremos controlados e que podem vir todos os investimentos para os megaeventos.”

Esse modelo elitista e repressivo de segurança pública que vem sendo implementado no Rio de Janeiro, está ainda sendo exportado para outros estados brasileiros que receberão os megaeventos esportivos. Salvador já ganhou uma UPP, nos mesmos moldes, e Curitiba instalou até o momento duas Unidades Paraná Seguro (UPS) em regiões consideradas “perigosas” da cidade, não por acaso, a primeira justamente no caminho do aeroporto ao centro. O investimento principal não é na segurança da população, mas na implantação de um cordão sanitário protetor de estádios e áreas de expansão/renovação imobiliária e na criação e difusão de uma nova imagem sobre o pretendido controle da violência criminal.

A todo esse programa vinculam-se igualmente discursos de suposto combate às drogas, que têm impresso nas cidades-sede formas altamente repressivas de abordagem da

população em situação de rua e de usuários, por vezes fazendo uso da própria Força Nacional, como foi o caso da comunidade de Santo Amaro (Rio de Janeiro), em maio de 2012. Depois do Rio de Janeiro, já foram anunciadas ocupações semelhantes em outros municípios, tornando a metodologia de “internação compulsória” um padrão nacional.



As relações entre Copa e UPP na manifestação do Ocupa Rio, na Cinelândia, no Rio de Janeiro. Foto: Renato Cosentino.